

TERMO DE MIGRAÇÃO
DO PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB PARA O
PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA – PBB-CD

As PARTES:

De um lado, como administradora dos planos de benefícios,

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES - FAPES, entidade fechada de previdência complementar, com sede na Avenida República do Chile, nº 230, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031170, CNPJ/MF sob o nº 00.397.695/0001-97, neste ato representada pelos adiante assinados e qualificados, na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada ENTIDADE ou FAPES;

E, de outro lado, como patrocinadoras,

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES, empresa pública federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89, com sede em Brasília/DF e serviços na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida República do Chile, nº 100, Centro;

BNDES PARTICIPAÇÕES S. A. – BNDESPAR, sociedade por ações, constituída como subsidiária integral do BNDES, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.383.281/0001-09, com sede em Brasília/DF e serviços na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida República do Chile, nº 100 – parte, Centro; e

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL – FINAME, subsidiária integral do BNDES, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.660.564/000100, com sede em Brasília/DF e serviços na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida República do Chile, nº 100, parte, Centro;

neste ato representadas pelos adiante assinados, na forma dos seus documentos constitutivos e, em conjunto, denominadas como PATROCINADORAS, e estas, em conjunto com a FAPES, denominadas PARTES;

Considerando que:

- a) As PATROCINADORAS patrocinam o Plano Básico de Benefícios - PBB, administrado pela ENTIDADE, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 1979.0015-29, que se encontra fechado para novas adesões de participantes e, portanto, em extinção desde 18/12/2018, sendo estruturado na modalidade de benefício definido e custeado por contribuições dos Participantes e Assistidos e das PATROCINADORAS, doravante denominado como PLANO DE ORIGEM;

- b)** Além das PATROCINADORAS, a FAPES também patrocina o Plano Básico de Benefícios - PBB, o qual é dividido em distintos grupos de custeio, sendo um composto pelo conjunto das PATROCINADORAS e o outro somente pela FAPES, na condição de patrocinadora do Plano Básico de Benefícios - PBB;
- c)** As PATROCINADORAS, nos termos homologados pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1925/2024, nos autos do TC nº 033.134/2023-5), firmaram o Termo de Autocomposição, que figura como Anexo a este TERMO DE MIGRAÇÃO, por meio do qual assumiram compromissos recíprocos, dentre eles a obrigação de a ENTIDADE oferecer aos Participantes e Assistidos a opção de, voluntariamente, migrar para um plano de contribuição definida, que contemple cobertura de benefícios de risco para invalidez, doença e morte;
- d)** nesse contexto, as PARTES têm a intenção de promover alterações no Regulamento do PLANO DE ORIGEM para permitir que os Participantes e Assistidos a ele vinculados e integrantes do grupo de custeio das PATROCINADORAS possam optar, voluntariamente, por meio da transação de direitos e obrigações, pela migração para o Plano Básico de Benefícios de Contribuição Definida – PBB-CD, que será administrado pela ENTIDADE sob patrocínio das PATROCINADORAS, estruturado na modalidade de contribuição definida e custeado por contribuições dos Participantes, Assistidos e das PATROCINADORAS, doravante denominado como PLANO DE DESTINO;
- e)** a Lei Complementar nº 109/2001 dispõe, em seu artigo 33, incisos I e IV, que dependerão de prévia e expressa autorização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (“PREVIC”) as operações de criação de novo plano, de alteração regulamentar de planos de benefícios e de transferência de grupo de Participantes ou Assistidos para outro plano de benefícios, relativas às entidades fechadas de previdência complementar, em razão do que as PARTES submeterão à referida autoridade governamental o respectivo processo, instruído nos termos da legislação de regência, destacando-se que o Regulamento do PLANO DE ORIGEM incluirá as regras aplicáveis ao processo de Migração ao PLANO DE DESTINO, cujo Regulamento, por sua vez, incluirá o regramento para a recepção dos Participantes e Assistidos e respectivas Reservas de Migração, oriundos do PLANO DE ORIGEM;
- f)** não há impedimentos estatutários ou regulamentares para se promover a Migração voluntária de Participantes e Assistidos do PLANO DE ORIGEM para o PLANO DE DESTINO; e
- g)** os órgãos estatutários competentes da ENTIDADE e das PATROCINADORAS aprovaram a referida operação de Migração.

As PARTES acima identificadas, com fundamento nas normas vigentes, observado o disposto no Estatuto Social da ENTIDADE e nos Convênios de Adesão celebrados entre elas, acordam em celebrar o presente TERMO DE MIGRAÇÃO DO PLANO

BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB para o PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA – PBB-CD, doravante denominado simplesmente TERMO DE MIGRAÇÃO, mediante as cláusulas e condições seguintes e pela legislação aplicável à matéria.

I – DO GLOSSÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Neste TERMO DE MIGRAÇÃO, as expressões abaixo, grafadas no texto com as iniciais em letra maiúscula, terão seus significados conforme a seguir:

- “Assistidos”: são os participantes assistidos e os beneficiários assistidos, em gozo de benefício no PLANO DE ORIGEM, vinculados ao grupo de custeio das PATROCINADORAS.
- “Beneficiários Assistidos”: os dependentes que recebem benefício de complementação de pensão por morte no PLANO DE ORIGEM.
- “Data Base”: é a data de 31/12/2024, adotada tão somente para fins de realização dos cálculos referenciais para instrumentalização do processo de Migração, a ser submetido à aprovação dos órgãos governamentais competentes.
- “Data de Autorização”: é a data em que for publicada, no Diário Oficial da União, a Portaria do órgão governamental competente autorizando o processo de Migração e as medidas necessárias à sua implementação, com a alteração do Regulamento do PLANO DE ORIGEM, bem como a aprovação do Regulamento do PLANO DE DESTINO, com o objetivo de prever a possibilidade de Migração voluntária dos Participantes e Assistidos com as respectivas Reservas de Migração individuais, do PLANO DE ORIGEM ao PLANO DE DESTINO.
- “Data do Cálculo”: é o último dia do mês da Data de Autorização, na qual os cálculos que subsidiaram a instrumentalização do processo de Migração serão reposicionados, mediante avaliação atuarial, substituindo os valores calculados referencialmente na Data Base, observado o disposto neste TERMO DE MIGRAÇÃO.
- “Data Efetiva da Migração”: é a data, após encerrado o Período de Opção pela Migração, em que deverá ocorrer a efetivação da Migração, e na qual serão reposicionados os valores das Reservas de Migração apuradas na Data do Cálculo e relativas aos Participantes e Assistidos que tiverem optado pela Migração, substituindo em definitivo os valores informados no Termo de Opção pela Migração. A Data Efetiva da Migração ocorrerá no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do último dia do Período de Opção pela Migração, a

ser definida pela FAPES e divulgada aos Participantes e Assistidos do PLANO DE ORIGEM.

- “Institutos Legais”: são os institutos do resgate, da portabilidade, do benefício proporcional diferido e do autopatrocínio.
- “Migração”: transferência voluntária dos Participantes e Assistidos que formalizarem a Opção pela Migração, e de suas respectivas Reservas de Migração, do PLANO DE ORIGEM para o PLANO DESTINO, conforme opção exercida, com extinção de todos os seus direitos e obrigações no PLANO DE ORIGEM e imediata vinculação às regras do PLANO DE DESTINO, a partir da Data Efetiva da Migração.
- “Opção pela Migração”: é o ato voluntário formal, irrevogável e irretratável, do Participante ou Assistido que não quiser permanecer no PLANO DE ORIGEM, exercido por meio da assinatura do Termo de Opção pela Migração, durante o Período de Opção pela Migração, autorizando sua Migração e a da sua Reserva de Migração para o PLANO DE DESTINO, e que venha a produzir os seus efeitos da Data Efetiva da Migração.
- “Participantes”: são os participantes ativos, autopatrocinados e vinculados do PLANO DE ORIGEM, vinculados ao grupo de custeio das PATROCINADORAS.
- “Período de Opção pela Migração”: é o prazo de 60 (sessenta) dias corridos, durante o qual o Participante e o Assistido que não quiser permanecer no PLANO DE ORIGEM poderá formalizar sua Opção pela Migração, mediante assinatura e entrega do Termo de Opção pela Migração à ENTIDADE. Referido prazo se iniciará na data estabelecida pela ENTIDADE, observado o prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias contados da Data de Autorização, e seu início será precedido da disponibilização do Termo de Opção pela Migração.
- “Relatório da Operação”: é o relatório elaborado pelo atuário contratado pela ENTIDADE, em conformidade com as normas legais vigentes, para instruir o processo de Migração a ser submetido à Previc.
- “Reserva de Migração”: é o montante calculado para fins de Migração e que corresponderá ao valor que cada Participante e Assistido poderá transferir para o PLANO DE DESTINO, de acordo com o disposto no Regulamento do PLANO DE ORIGEM e neste TERMO DE MIGRAÇÃO.
- “Termo de Autocomposição”: termo firmado entre a ENTIDADE e as PATROCINADORAS, com a interveniência do Tribunal de Contas da União, datado de 25 de setembro de 2024, que dispõe sobre compromissos firmados entre as suas Partes, inclusive a realização da operação de Migração, e que figura como Anexo a este TERMO DE MIGRAÇÃO.

- “Termo de Opção pela Migração”: é o instrumento particular de transação de direitos e obrigações por meio do qual os Participantes e Assistidos interessados formalizarão, voluntaria e espontaneamente, a sua Opção pela Migração, de forma irrevogável e irretratável, manifestando sua concordância com a Reserva de Migração posicionada na Data do Cálculo e com o critério a ser adotado para a sua atualização até a Data Efetiva da Migração, e outorgarão quitação plena pela satisfação de todos os seus direitos junto ao PLANO DE ORIGEM. Referido termo também formalizará a adesão do Participante ou Assistido ao PLANO DE DESTINO.

II – DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente TERMO DE MIGRAÇÃO tem como objeto definir as regras e condições relativas à Migração para o PLANO DE DESTINO, a serem observadas pelas PARTES, bem como pelos Participantes e Assistidos do PLANO DE ORIGEM vinculados às PATROCINADORAS, conforme disposto nos seus respectivos Regulamentos, cuja efetivação se dará na Data Efetiva da Migração.

Parágrafo Primeiro - Os valores relativos às provisões matemáticas, a demonstração da situação patrimonial, assim como a quantidade de Participantes e Assistidos, referentes ao PLANO DE ORIGEM, na Data Base, constam do Relatório da Operação que instrui o processo de Migração submetido à autoridade governamental, com os quais as PARTES estão de pleno acordo.

Parágrafo Segundo - O PLANO DE DESTINO será constituído para abrigar exclusivamente o grupo fechado de Participantes e Assistidos vinculado às PATROCINADORAS e oriundos do PLANO DE ORIGEM, que tempestiva e voluntariamente optarem formalmente pela Migração, sendo vedadas inscrições que não sejam feitas por intermédio da Migração, observados os termos e condições dispostos neste TERMO DE MIGRAÇÃO e nos Regulamentos do PLANO DE ORIGEM e do PLANO DE DESTINO.

III – DAS CONDIÇÕES E DO PRAZO PARA A MIGRAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – Os Participantes e Assistidos do PLANO DE ORIGEM vinculados às PATROCINADORAS poderão, no Período de Opção pela Migração, exercer sua opção por migrar para o PLANO DE DESTINO, mediante a transferência da respectiva Reserva de Migração para o PLANO DE DESTINO, desvinculando-se, para todos os efeitos de direito, do PLANO DE ORIGEM.

Parágrafo Primeiro – Poderão optar pela Migração, de maneira válida e eficaz, os Participantes e Assistidos que, nos termos deste TERMO DE MIGRAÇÃO, ostentem tal condição na Data Efetiva da Migração, observando-se que:

- a) estão expressamente excluídos da Opção pela Migração os participantes e assistidos do PLANO DE ORIGEM vinculados ao grupo de custeio da FAPES na condição de patrocinadora;
- b) os dependentes de Participante que estejam em gozo de complementação de auxílio-reclusão não poderão realizar a Opção pela Migração que, nesse caso, poderá ser formulada pelo próprio Participante, observando-se o disposto no Parágrafo Sexto da Cláusula Terceira;
- c) estão expressamente excluídos da Opção pela Migração as pessoas que, embora tenham recursos a receber do PLANO DE ORIGEM, tenham perdido a qualidade de Participante;
- d) a perda da condição de Participante ou Assistido após a data da Opção pela Migração e antes da Data Efetiva da Migração, exceto quando decorrente de falecimento ensejador da concessão de complementação de pensão por morte, faz com que a Opção pela Migração formalizada seja considerada ineficaz, não produzindo qualquer efeito;
- e) a Opção pela Migração formulada por Participante ou por Assistido (exceto Beneficiários Assistidos) acarreta a inscrição automática, no PLANO DE DESTINO, na Data Efetiva da Migração, dos dependentes cadastrados no PLANO DE ORIGEM até a véspera da Data Efetiva da Migração, observando-se, inclusive, a manutenção, no PLANO DE DESTINO, da condição do dependente (necessário ou designado) e das quotas de cada um, nos exatos termos em que se encontravam no PLANO DE ORIGEM, sendo assegurado ao Participante ou Assistido (exceto Beneficiários Assistidos) o direito de promover modificações posteriores em seu cadastro de dependentes, a partir da Data Efetiva da Migração, nos termos do Regulamento do PLANO DE DESTINO.

Parágrafo Segundo – Os Beneficiários Assistidos poderão realizar a Opção pela Migração, mediante assinatura do Termo de Opção pela Migração, observando-se as seguintes regras e condições:

- a) para fins da Migração, os Beneficiários Assistidos serão classificados em dois grupos distintos, sendo um formado pelos beneficiários necessários e outro formado pelos beneficiários designados, nos termos do Regulamento do PLANO DE ORIGEM;
- b) a Opção pela Migração somente se efetivará se o Termo de Opção pela Migração, que será único para cada um dos dois grupos, for subscrito por todos os Beneficiários Assistidos integrantes do respectivo grupo ou por seus procuradores, tutores ou curadores legalmente constituídos;
- c) se pelo menos um dos integrantes de determinado grupo não assinar o Termo de Opção pela Migração, a Migração de todo o grupo não se efetivará;

- d) é viável a Migração de um dos grupos de Beneficiários Assistidos e a permanência do outro grupo no PLANO DE ORIGEM.

Parágrafo Terceiro – A Opção de Migração de que trata o *caput* desta Cláusula terá caráter irrevogável e irretratável, não permitindo o arrependimento posterior à assinatura do Termo de Opção pela Migração, ainda que o valor da Reserva de Migração, atualizada desde a Data do Cálculo até a Data Efetiva da Migração, conforme as regras dispostas neste TERMO DE MIGRAÇÃO, tenha valor inferior ou superior ao informado anteriormente ao Participante ou Assistido.

Parágrafo Quarto – Será observada a opção manifestada pelo Participante ou Assistido que vier a falecer, do Participante que se tornar inválido ou que tenha qualquer outra modificação de sua condição de Participante ou Assistido perante o PLANO DE ORIGEM no período compreendido entre a data da assinatura do Termo de Opção pela Migração e a véspera da Data Efetiva da Migração, observando-se as seguintes regras e condições:

- a) caso o Participante ou Assistido faleça no período compreendido entre a data da assinatura do Termo de Opção pela Migração e a véspera da Data Efetiva da Migração, seus beneficiários poderão requerer e, se cumpridos os requisitos regulamentares, ter concedido o benefício de complementação de pensão por morte no PLANO DE ORIGEM, fato esse que não modificará a Reserva de Migração calculada na Data do Cálculo e informada ao Participante ou Assistido em vida, tampouco alterará a regra de atualização para a Data Efetiva da Migração, assistindo aos seus beneficiários ou aos seus herdeiros, se for o caso, o direito sobre a referida Reserva de Migração, no PLANO DE DESTINO, sendo certo que:
- i. não haverá, para fins do cálculo da Reserva de Migração, acréscimo das contribuições projetadas referidas no regulamento do PLANO DE DESTINO;
 - ii. caso existam beneficiários, cada um deles deverá manifestar, por meio de formulário próprio, para fins de recebimento do seu quinhão, a opção de forma de recebimento do benefício de pensão por morte assegurado pelo PLANO DE DESTINO, aplicando-se a cada um deles as demais regras referentes aos Assistidos que optam pela Migração, constantes do presente TERMO DE MIGRAÇÃO;
 - iii. inexistindo beneficiários, a Reserva de Migração será paga, no PLANO DE DESTINO, em parcela única, aos herdeiros habilitados.
- b) caso o Participante requeira e tenha a si concedido benefício de complementação de aposentadoria (por invalidez, por idade, por tempo de contribuição ou de ex-combatente) assegurado pelo PLANO DE ORIGEM no período compreendido entre a data da assinatura do Termo de Opção pela Migração e a véspera da Data Efetiva da Migração, não haverá modificação da

Reserva de Migração calculada na Data do Cálculo e já informada ao Participante, tampouco haverá alteração da regra de atualização para a Data Efetiva da Migração, assistindo-lhe o direito de receber, no PLANO DE ORIGEM, o respectivo benefício até a Data Efetiva da Migração e, a partir de então, receber o benefício correspondente no PLANO DE DESTINO, sendo certo que:

- i. não haverá, para fins do cálculo da Reserva de Migração, acréscimo das contribuições projetadas referidas no regulamento do PLANO DE DESTINO;
 - ii. os benefícios correspondentes no PLANO DE DESTINO terão como base de cálculo a Reserva de Migração e serão pagos de acordo com a forma de recebimento do benefício escolhida pelo Assistido, nos termos do Regulamento do PLANO DE DESTINO, aplicando-se a ele as demais regras referentes aos Assistidos que optam pela Migração, constantes do presente TERMO DE MIGRAÇÃO;
- c) caso o Participante requeira e tenha a si concedido benefício de auxílio-doença assegurado pelo PLANO DE ORIGEM no período compreendido entre a data da assinatura do Termo de Opção pela Migração e a véspera da Data Efetiva da Migração, não haverá modificação da Reserva de Migração calculada na Data do Cálculo e já informada ao Participante, tampouco haverá alteração da regra de atualização para a Data Efetiva da Migração, assistindo-lhe o direito de receber, no PLANO DE ORIGEM, o respectivo benefício até a Data Efetiva da Migração e, a partir de então, receber o benefício correspondente no PLANO DE DESTINO, o qual, enquanto mantido, será custeado por fundo previdencial especificamente constituído no PLANO DE DESTINO para custeio dos benefícios de risco, sem utilização do saldo constituído a partir da Reserva de Migração;
- d) caso o Participante requeira e tenha sido concedido a seus dependentes o benefício de complementação de auxílio-reclusão assegurado pelo PLANO DE ORIGEM no período compreendido entre a data da assinatura do Termo de Opção pela Migração e a véspera da Data Efetiva da Migração, não haverá modificação da Reserva de Migração calculada na Data do Cálculo e já informada ao Participante, tampouco haverá alteração da regra de atualização para a Data Efetiva da Migração, assistindo a seus dependentes o direito de receber, no PLANO DE ORIGEM, o respectivo benefício até a Data Efetiva da Migração e, a partir de então, terão cessado o recebimento do referido benefício no PLANO DE DESTINO, que não prevê e, portanto, não assegura benefício por reclusão, de modo que o Participante passará a ser tratado, no PLANO DE DESTINO, como Participante ativo com a suspensão das contribuições enquanto perdurar a referida condição, ressalvada a possibilidade de opção pelo instituto do autopatrocínio, hipótese em que se tornará participante autopatrocinado.

Parágrafo Quinto - Os Participantes que, na Data do Cálculo ou posteriormente a ela, estiverem aptos a exercer a opção por um dos Institutos Legais previstos no PLANO DE ORIGEM poderão fazer a opção nos termos do Regulamento do referido PLANO e enquanto nele estiverem inscritos, sendo-lhes aplicáveis as seguintes regras relativas à Migração:

- a) fica assegurado, no Período de Opção pela Migração, o direito à Opção pela Migração, que será efetuada com base no valor da Reserva de Migração calculada na Data do Cálculo e atualizada para a Data Efetiva da Migração, sem que eventual opção por quaisquer dos Institutos Legais interfira na referida Reserva de Migração;
- b) o direito supramencionado não subsistirá caso o Participante que tenha perdido o vínculo empregatício requeira e tenha deferida a opção pelo instituto do resgate ou da portabilidade até a véspera da Data Efetiva da Migração, ocasião em que eventual Opção pela Migração por ele formulada será ineficaz e não produzirá qualquer efeito, devendo o Participante receber o que lhe cabe de acordo com a opção por quaisquer desses dois Institutos Legais, nos termos do Regulamento do PLANO DE ORIGEM;
- c) caso o Participante realize a Opção pela Migração e requeira e tenha deferida a opção pelo instituto do autopatrocínio até a véspera da Data Efetiva da Migração, ele será migrado para o PLANO DE DESTINO na condição de Participante autopatrocinado;
- d) caso o Participante que tenha perdido o vínculo empregatício realize a Opção pela Migração, requeira e tenha deferida a opção pelo instituto do benefício proporcional diferido, ele será migrado para o PLANO DE DESTINO na condição de Participante vinculado;
- e) caso o Participante que tenha perdido o vínculo empregatício realize a Opção pela Migração e não registre qualquer opção por Instituto Legal, será migrado para o PLANO DE DESTINO na condição de Participante vinculado, desde que ele possa ter presumida a opção pelo benefício proporcional diferido;
- f) caso o Participante que tenha perdido o vínculo empregatício não registre qualquer opção por Instituto Legal e não possa ter presumida a opção pelo benefício proporcional diferido, ele não fará jus à Migração, de modo que eventual Opção pela Migração por ele formalizada será ineficaz e não produzirá qualquer efeito, devendo o Participante permanecer no PLANO DE ORIGEM para receber o que lhe caiba, nos termos do seu Regulamento;
- g) caso o Participante tenha, na constância do vínculo empregatício, perdido integralmente a sua remuneração e não tenha optado pelo autopatrocínio durante sua participação no PLANO DE ORIGEM, ele, se tiver exercido a Opção pela Migração, será migrado como se tivesse optado pelo autopatrocínio

no PLANO DE ORIGEM, sendo descontado da sua Reserva de Migração o valor das contribuições que seriam devidas no PLANO DE ORIGEM caso ele, de fato, tivesse optado pelo autopatrocínio, mas ingressará no PLANO DE DESTINO na condição de Participante ativo com contribuições suspensas.

Parágrafo Sexto – Os Participantes e Assistidos que optarem pela Migração assumirão, no PLANO DE DESTINO, na Data Efetiva da Migração, a mesma condição de participação que ostentavam no PLANO DE ORIGEM na véspera da Data Efetiva da Migração, com exceção do Assistido do PLANO DE ORIGEM cujos dependentes estejam em recebimento de complementação de auxílio reclusão, o qual, caso opte pela Migração, será reenquadrado como Participante ativo com contribuições suspensas no PLANO DE DESTINO, ou Participante autopatrocinado, caso opte pelo autopatrocínio, com a consequente cessação do benefício, já que o PLANO DE DESTINO não assegura benefício por reclusão.

Parágrafo Sétimo - Os Participantes e Assistidos que, na Data Efetiva da Migração, tenham contratos vigentes de empréstimo ou financiamento imobiliário, celebrados com a ENTIDADE, deverão firmar, até a Data Efetiva da Migração, aditivo contratual ao contrato de empréstimo ou financiamento imobiliário, observando-se que:

- a) o Participante ou Assistido que, na Data do Cálculo, tiver contrato vigente de empréstimo ou financiamento imobiliário terá que celebrar o aditivo contratual por ocasião da assinatura do Termo de Opção pela Migração, o qual só será aceito pela ENTIDADE e produzirá efeitos jurídicos válidos para a Migração se estiver acompanhado do referido aditivo;
- b) o Participante ou Assistido que celebrar contrato de empréstimo ou financiamento imobiliário após a Data do Cálculo e antes da Data Efetiva da Migração terá que celebrar o respectivo aditivo até a véspera da Data Efetiva da Migração, sob pena de ineficácia da Opção pela Migração, não produzindo qualquer efeito.

Parágrafo Oitavo – O Termo de Opção pela Migração deverá ser formalizado perante a ENTIDADE por meio eletrônico, na forma previamente divulgada aos Participantes e Assistidos do PLANO DE ORIGEM até o último dia do Período de Opção pela Migração, de modo que eventuais manifestações de opção após essa data não serão consideradas válidas pela ENTIDADE e não produzirão qualquer efeito.

CLÁUSULA QUARTA – Para optar pela Migração, o Participante ou Assistido deverá, previamente, renunciar ao direito em que se fundam as ações judiciais individuais ou coletivas ajuizadas em desfavor da ENTIDADE e/ou das PATROCINADORAS, cujo objeto tenha relação com o PLANO DE ORIGEM e cujas condições constarão do Termo de Opção pela Migração.

Parágrafo Primeiro – A renúncia referida no *caput* compreende o direito em que se fundam as ações das quais o Participante ou Assistido seja parte ou seja substituído, representado ou legitimado ordinário, movidas contra a ENTIDADE e/ou contra as

PATROCINADORAS, que discutam cláusulas previdenciárias contratadas no Regulamento do PLANO DE ORIGEM, ou, ainda, que tenham por objeto matérias de natureza previdenciária relacionadas ou conexas ao seu custeio (contribuições e reserva matemática).

Parágrafo Segundo – No caso de ações trabalhistas movidas contra as PATROCINADORAS, a renúncia referida no *caput* não alcança o direito trabalhista perseguido pelo Participante ou Assistido, mas apenas o eventual reflexo que determinada decisão judicial poderá produzir na esfera jurídica da ENTIDADE e/ou do PLANO DE ORIGEM, que poderá, por força da renúncia, isentar-se de observar qualquer obrigação que decorra de ações judiciais, inclusive trabalhistas, cujo direito em que se fundam foi renunciado pelo Participante ou Assistido.

CLÁUSULA QUINTA – A ENTIDADE disponibilizará aos Participantes e Assistidos do PLANO DE ORIGEM, durante todo o Período de Opção pela Migração, as principais informações atuariais e financeiras do PLANO DE ORIGEM, assim como simulador de Migração, para que os Participantes e Assistidos possam simular sua futura condição no PLANO DE DESTINO, a fim de subsidiar sua decisão de formalizar ou não a Opção pela Migração.

Parágrafo Único – As informações constantes do simulador de Migração serão meramente referenciais, visando a subsidiar a decisão do Participante e Assistido, e, por estarem baseadas em premissas atuariais e parâmetros de cálculo que podem, ou não, se confirmar, não representam qualquer garantia de que, no PLANO DE DESTINO, o Participante ou Assistido terá, efetivamente, a condição apresentada no simulador.

IV – DO CÁLCULO DA RESERVA DE MIGRAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA - O cálculo da Reserva de Migração, na Data do Cálculo, considerará o seguinte:

I – Para os Participantes (ativos, autopatrocinados e vinculados) corresponderá ao valor resultante de $(a) + (b) + (c) + (d) + (e) - (f)$, onde:

- (a) reserva matemática individual, considerando as definições constantes da Nota Técnica Atuarial do PLANO DE ORIGEM;
- (b) parcela correspondente a eventual déficit não equacionado, considerada como valor negativo, ou superávit não destinado, considerado como valor positivo, de responsabilidade ou direito do Participante, nos termos previstos nos Parágrafos Terceiro, Quarto e Quinto desta Cláusula;
- (c) parcela correspondente a déficits já equacionados, considerada como valor negativo, ou de reserva especial já destinada a fundo previdencial de revisão de plano, considerado como valor positivo, de responsabilidade ou direito do Participante, individualizada conforme critérios constantes do plano de

equacionamento de déficit ou plano de destinação e utilização de reserva especial, conforme o caso;

- (d) parcela correspondente ao valor presente atuarial das contribuições normais futuras, de responsabilidade da PATROCINADORA, que seriam vertidas em contrapartida às contribuições normais dos Participantes quando estiverem na condição de Assistidos, exceto eventual contribuição destinada ao pagamento de joia que, por opção de dilação de prazo feita pelo Participante, tenha previsão de ser paga por ele enquanto Assistido;
- (e) saldo oriundo de portabilidade que não tenha sido utilizado para pagamento de joia no PLANO DE ORIGEM e saldo credor que o Participante possua em decorrência de sua participação no PLANO DE ORIGEM, devido a recálculo de joia;
- (f) débitos previdenciais que o Participante possua em decorrência de sua participação no PLANO DE ORIGEM.

II – Para os Assistidos (Participantes Assistidos e Beneficiários Assistidos), corresponderá ao valor resultante de $(a) + (b) + (c) + (d) + (e) - (f)$, onde:

- (a) reserva matemática individual do benefício percebido pelo Assistido no PLANO DE ORIGEM, considerando as definições constantes da Nota Técnica Atuarial do PLANO DE ORIGEM;
- (b) parcela correspondente a eventual déficit não equacionado, considerada como valor negativo, ou superávit não destinado, considerado como valor positivo, de responsabilidade ou direito do Assistido, nos termos previstos nos Parágrafos Terceiro, Quarto e Quinto desta Cláusula;
- (c) parcela correspondente a déficits já equacionados, considerada como valor negativo, ou de reserva especial já destinada a fundo previdencial de revisão de plano, considerado como valor positivo, de responsabilidade ou direito do Participante, individualizada conforme critérios constantes do plano de equacionamento de déficit ou plano de destinação e utilização de reserva especial, conforme o caso;
- (d) parcela correspondente ao valor presente atuarial das contribuições normais futuras, de responsabilidade da PATROCINADORA, vertidas em contrapartida às contribuições normais do respectivo Assistido, exceto eventual contribuição destinada ao pagamento de joia que, por opção de dilação de prazo feita pelo Assistido, esteja sendo paga por ele;
- (e) saldo oriundo de portabilidade que não tenha sido utilizado para pagamento de joia no PLANO DE ORIGEM e saldo credor que o Assistido possua em decorrência de sua participação no PLANO DE ORIGEM, devido a recálculo de joia;
- (f) débitos previdenciais que o Assistido possua em decorrência de sua participação no PLANO DE ORIGEM.

Parágrafo Primeiro - O valor da reserva matemática individual dos Participantes e Assistidos será apurado considerando o regime financeiro, métodos e hipóteses atuariais vigentes na Data do Cálculo.

Parágrafo Segundo - Não será considerada pela ENTIDADE, para apuração dos valores referidos no *caput* desta cláusula, qualquer alteração de dados cadastrais realizadas e/ou informadas à ENTIDADE após a Data do Cálculo.

Parágrafo Terceiro - No caso de eventual déficit técnico apurado na Data do Cálculo, na avaliação atuarial do PLANO DE ORIGEM realizada para fins da Migração, a responsabilidade pelo seu equacionamento será atribuída aos Participantes e Assistidos, de um lado, e às PATROCINADORAS, de outro, proporcionalmente às contribuições normais vigentes no período em que o resultado deficitário foi apurado, sendo que a parcela relativa a estes, para fins de alocação individual na Reserva de Migração, se dará considerando a reserva matemática individual de benefício definido.

Parágrafo Quarto - No caso de eventual superávit apurado na Data do Cálculo, na avaliação atuarial do PLANO DE ORIGEM realizada para fins da Migração, o seu valor será atribuído aos Participantes e Assistidos, de um lado, e às PATROCINADORAS, de outro, proporcionalmente às contribuições normais vertidas no período em que se deu a constituição do superávit.

Parágrafo Quinto - A parcela do superávit atribuída aos Participantes e Assistidos será rateada dentre eles, para fins de alocação individual na Reserva de Migração, proporcionalmente às suas reservas matemáticas individuais de benefício definido.

Parágrafo Sexto - A parcela do superávit atribuída às PATROCINADORAS, relativa aos optantes pela Migração, deverá ser destinada a um fundo previdencial a ser constituído no PLANO DE DESTINO, considerando as regras definidas na respectiva Nota Técnica Atuarial, destinado à cobertura de futuras contribuições devidas pelas PATROCINADORAS. O valor relativo aos não optantes pela Migração, por sua vez, deverá permanecer no PLANO DE ORIGEM, seguindo as regras dispostas em seu Regulamento e na legislação vigente.

Parágrafo Sétimo – A avaliação atuarial realizada para fins do cálculo das Reservas de Migração, na Data do Cálculo, deverá considerar a subtração, do patrimônio de cobertura do PLANO DE ORIGEM, do valor atuarialmente calculado necessário para dar cobertura aos benefícios de risco assegurados pelo PLANO DE DESTINO, valor esse que, após a conclusão do Período de Opção pela Migração, será (i) proporcionalizado de acordo com a soma das reservas matemáticas individuais calculadas na Data do Cálculo dos Participantes Ativos e Autopatrocinados que migrarem frente à soma total das reservas matemáticas individuais de todos os Participantes Ativos e Autopatrocinados na mesma data; (ii) atualizado pelo retorno líquido dos investimentos no período compreendido entre a Data do Cálculo e a Data Efetiva da Migração; e (iii) creditado no PLANO DE DESTINO, em fundo previdencial específico para cobertura dos benefícios de risco.

Parágrafo Oitavo - A reserva matemática individual citada na alínea “a” do inciso I do *caput* desta Cláusula, apurada na Data do Cálculo, não poderá ser inferior ao valor da portabilidade a que ele teria direito, nos termos do Regulamento do PLANO DE ORIGEM, caso a requeresse na Data do Cálculo.

Parágrafo Nono - A reserva matemática individual citada na alínea “a” do inciso II do *caput* desta Cláusula, apurada na Data do Cálculo, não poderá ser inferior ao valor do pecúlio por morte a que seus beneficiários ou herdeiros teriam direito, nos termos do Regulamento do PLANO DE ORIGEM, caso o Assistido falecesse na Data do Cálculo.

Parágrafo Décimo – As diferenças financeiras decorrentes da observância das garantias mínimas citadas nos Parágrafos Oitavo e Nono desta Cláusula serão consideradas, na avaliação atuarial realizada para fins do cálculo das Reservas de Migração, no equilíbrio técnico do PLANO DE ORIGEM.

Parágrafo Décimo Primeiro - A Reserva de Migração dos Participantes e Assistidos, apurada na Data do Cálculo, será atualizada desde a Data do Cálculo até a Data Efetiva da Migração, considerando:

- a) o retorno líquido dos investimentos do PLANO DE ORIGEM, verificado no período;
- b) a adição das contribuições efetuadas pelos Participantes e Assistidos e respectiva PATROCINADORA ao PLANO DE ORIGEM posteriormente à Data do Cálculo até o mês de competência que anteceder a Data Efetiva da Migração, exceto a parcela dessas contribuições destinada ao custeio das despesas administrativas, as contribuições extraordinárias pagas pelas PATROCINADORAS para fins do custeio dos déficits de sua responsabilidade e as contribuições normais pagas pela PATROCINADORAS em contrapartida às contribuições normais dos Assistidos, estas últimas referidas nas alíneas “b” e “c” do Parágrafo Primeiro da Cláusula Nona, que serão utilizadas para abatimento do aporte a ser feito pelas PATROCINADORAS;
- c) a subtração dos benefícios, líquidos das contribuições normais e extraordinárias, pagos no PLANO DE ORIGEM posteriormente à Data do Cálculo até o mês de competência que anteceder a Data Efetiva da Migração.

V – DA PERMANÊNCIA DOS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS NO PLANO DE ORIGEM

CLÁUSULA SÉTIMA - Aos Participantes e Assistidos será assegurada a opção de permanência no PLANO DE ORIGEM, sendo certo que a respectiva Reserva de Migração, calculada exclusivamente para fins da Migração, não produzirá, para eles, qualquer efeito, sendo que o não exercício da Opção pela Migração será considerada como opção tácita do Participante ou Assistido em permanecer no PLANO DE ORIGEM.

Parágrafo Único – Após a Data Efetiva da Migração, os Participantes e Assistidos remanescentes no PLANO DE ORIGEM, assim como as PATROCINADORAS, continuarão a ser os responsáveis pelo custeio do Plano, incluindo, mas não se limitando, a eventuais déficits ou superávits que venham a ser apurados após a Data Efetiva da Migração.

VI – DOS PROCEDIMENTOS PARA O TRATAMENTO E SEGREGAÇÃO DO ATIVO, DOS EXIGÍVEIS, DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA, DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E DOS FUNDOS

CLÁUSULA OITAVA – Na Data Efetiva da Migração, a ENTIDADE promoverá a transferência de cada Participante e Assistido que houver formalizado sua Opção pela Migração, bem como do montante da respectiva Reserva de Migração, devidamente atualizada para a referida data, para o PLANO DE DESTINO, observando as disposições deste TERMO DE MIGRAÇÃO e dos Regulamentos dos PLANOS DE ORIGEM e DE DESTINO.

CLÁUSULA NONA - As Reservas de Migração calculadas conforme disposto na Cláusula Sexta serão custeadas pelo patrimônio de cobertura do PLANO DE ORIGEM, acrescido de aporte à vista feito pelas PATROCINADORAS até a Data Efetiva da Migração, correspondente às seguintes parcelas relativas aos Participantes e Assistidos que optarem pela Migração:

I – o valor correspondente à sua responsabilidade dos déficits já equacionados no PLANO DE ORIGEM, apurado na Data do Cálculo;

II – o valor correspondente à sua responsabilidade dos déficits ainda não equacionados, observando-se o disposto no Parágrafo Terceiro da Cláusula Sexta, apurado na Data do Cálculo; e

III - o valor presente atuarial das contribuições normais futuras, de responsabilidade das PATROCINADORAS, vertidas em contrapartida às contribuições normais dos Assistidos, sejam os atuais Assistidos, sejam os atuais Participantes, quando se tornarem Assistidos, apurada na Data do Cálculo, observando-se as disposições do Regulamento do PLANO DE ORIGEM.

Parágrafo Primeiro – O valor calculado nos termos do caput será atualizado desde a Data do Cálculo até a Data Efetiva da Migração, considerando:

- a) o retorno líquido dos investimentos do PLANO DE ORIGEM, verificado no período;
- b) a subtração das contribuições extraordinárias pagas pelas PATROCINADORAS para fins do custeio dos déficits de sua responsabilidade, posteriormente à Data do Cálculo até o mês de competência que anteceder a Data Efetiva da Migração;

- c) a subtração das contribuições normais pagas pela PATROCINADORAS em contrapartida às contribuições normais dos Assistidos posteriormente à Data do Cálculo até o mês de competência que anteceder a Data Efetiva da Migração.

Parágrafo Segundo – O valor atribuível a cada PATROCINADORA será apurado de maneira proporcional à soma das reservas matemáticas individuais dos Participantes e Assistidos vinculados a cada uma delas que optarem pela Migração.

CLÁUSULA DÉCIMA - O montante correspondente à parcela do patrimônio de cobertura, dos exigíveis, fundos e provisões matemáticas do PLANO DE ORIGEM, visando à cobertura das obrigações migradas ao PLANO DE DESTINO, na Data Efetiva da Migração, será definido de acordo com os critérios e procedimentos constantes neste TERMO DE MIGRAÇÃO e da Nota Técnica Atuarial que instrui o processo submetido à autoridade governamental competente, observando-se as disposições seguintes.

Parágrafo Primeiro - O montante correspondente à parcela do ativo patrimonial do PLANO DE ORIGEM que, na Data Efetiva da Migração, juntamente com o valor do aporte à vista a ser feito pelas PATROCINADORAS previsto na Cláusula Nona, será migrado para o PLANO DE DESTINO, será equivalente à soma das Reservas de Migração dos Participantes e Assistidos que optarem pela Migração, acrescida de eventuais recursos que serão alocados em fundos e exigíveis, também na Data Efetiva da Migração.

Parágrafo Segundo - Os ativos que comporão o montante citado no parágrafo anterior, e que, portanto, serão transferidos do PLANO DE ORIGEM para o PLANO DE DESTINO, serão especificados pela ENTIDADE, conforme Nota Técnica específica para tal finalidade, observando-se, sempre que possível, o critério da proporcionalidade relativamente a cada tipo de ativo existente no PLANO DE ORIGEM e a adequação do respectivo ativo às características do PLANO DE ORIGEM e do PLANO DE DESTINO.

Parágrafo Terceiro - Considerando a exigência de renúncia ao direito em que se fundam ações judiciais como condição para o exercício da Opção pela Migração, para fins da avaliação atuarial realizada na Data do Cálculo, o exigível contingencial será considerado nulo, o que refletirá, nessa avaliação atuarial para fins do processo de Migração, positivamente no equilíbrio técnico do PLANO DE ORIGEM e, conseqüentemente, produzirá incremento às Reservas de Migração, nos termos do Parágrafo Quinto da Cláusula Sexta. No PLANO DE DESTINO, na Data Efetiva da Migração, não será constituído exigível contingencial e, no PLANO DE ORIGEM, ele será recalculado após a Migração, para refletir as contingências inerentes aos Participantes e Assistidos que nele permaneceram.

Parágrafo Quarto - Serão transferidos do fundo administrativo do PLANO DE ORIGEM para o fundo administrativo do PLANO DE DESTINO, onde serão alocados na mesma conta contábil, os valores proporcionais às reservas matemáticas

individuais dos Participantes e Assistidos que optarem pela Migração, sendo mantida, no respectivo PLANO DE ORIGEM, a parcela do fundo administrativo proporcional ao valor das reservas matemáticas individuais dos participantes e assistidos que nele permanecerem.

Parágrafo Quinto – O Fundo de Garantia das Operações com Participantes existente no PLANO DE ORIGEM será rateado proporcionalmente ao saldo devedor dos empréstimos e financiamentos contraídos pelos Participantes e Assistidos que optarem pela Migração, transferindo-se a correspondente parcela para o PLANO DE DESTINO, onde será alocada na mesma conta contábil.

Parágrafo Sexto - Os valores registrados no exigível operacional do PLANO DE ORIGEM que digam respeito a obrigações de pagamento de curto prazo assumidas pelo PLANO DE ORIGEM até o mês de competência anterior à Data Efetiva da Migração permanecerão no PLANO DE ORIGEM, para que o adimplemento da obrigação ocorra no PLANO DE ORIGEM. Quanto aos demais valores registrados no exigível operacional, aqueles que estiverem relacionados a determinado Participante ou Assistido serão transferidos para o PLANO DE DESTINO caso o respectivo Participante ou Assistido realize a Opção pela Migração; já os valores que não forem individualizados serão transferidos para o PLANO DE DESTINO proporcionalmente às reservas matemáticas individuais dos Participantes e Assistidos que optarem pela Migração.

Parágrafo Sétimo – O Fundo Previdencial de saldos dos participantes desligados será integralmente mantido no PLANO DE ORIGEM, uma vez que os ex-participantes não poderão migrar, ao passo que o Fundo Previdencial de Crédito Especial, cujo saldo é composto por créditos individuais de Participantes e Assistidos, será mantido no PLANO DE ORIGEM em relação aos créditos daqueles que não migrarem e será desconstituído em relação aos créditos daqueles que migrarem, visto que tal crédito comporá a Reserva de Migração, nos termos das alíneas “e” dos incisos I e II do caput da Cláusula Sexta.

Parágrafo Oitavo – Será mantido no PLANO DE DESTINO um Fundo Previdencial para dar cobertura aos benefícios de risco por ele assegurados, que receberá um crédito inicial, nos termos do Parágrafo Sétimo da Cláusula Sexta, e, após, será custeado, no PLANO DE DESTINO, por contribuições de participantes e patrocinadoras caso reavaliações atuariais realizadas posteriormente à Migração acarretem a necessidade de custeio, nos termos do seu Regulamento.

Parágrafo Nono - Uma vez efetivada a Migração, o PLANO DE ORIGEM e o PLANO DE DESTINO serão mantidos de forma totalmente segregada e independente.

VII – DA OPERACIONALIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - À ENTIDADE caberá seguir os procedimentos operacionais para efetivar a Migração, observando, dentre outros, os dispostos nesta cláusula.

Parágrafo Primeiro - A ENTIDADE realizará, na Data Efetiva da Migração, o ingresso no PLANO DE DESTINO de cada Participante e Assistido que houver formalizado sua Opção pela Migração, bem como do montante da respectiva Reserva de Migração atualizada desde a Data do Cálculo, a qual será creditada integralmente na Conta de Participante, observando-se as subcontas previstas do Regulamento do PLANO DE DESTINO.

Parágrafo Segundo - O valor da Reserva de Migração, relacionado ao Participante e ao Assistido que optar pela Migração, posicionado na Data Efetiva da Migração, será convertido em quantitativo de cotas, pelo valor da cota do PLANO DE DESTINO, que na Data Efetiva da migração será igual a R\$ 1,00 (um real).

Parágrafo Terceiro - No caso do Assistido que optar pela Migração, considerar-se-á cumprida, no PLANO DE DESTINO, a elegibilidade ao respectivo benefício assegurado pelo PLANO DE DESTINO.

Parágrafo Quarto - A finalização da operação de Migração, com a efetiva migração dos recursos correspondentes a todas as opções pela Migração formalizadas, ocorrerá numa única data, qual seja, a Data Efetiva da Migração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - À ENTIDADE caberá, dentre outras previstas neste TERMO DE MIGRAÇÃO e nos Regulamentos dos PLANOS DE ORIGEM e DE DESTINO, as seguintes obrigações:

- I** - A ENTIDADE se obriga a conceder qualquer benefício, bem como a pagar os benefícios já concedidos pelo PLANO DE ORIGEM aos Assistidos que optarem pela Migração, até o mês de competência que anteceder a Data Efetiva da Migração;
- II** - A ENTIDADE, na Data Efetiva da Migração, alterará a forma de cálculo e pagamento dos benefícios dos Assistidos que optarem pela Migração, conforme previsto no Regulamento do PLANO DE DESTINO e a opção feita pelo Assistido;
- III** - A ENTIDADE compromete-se a informar aos Participantes e Assistidos acerca do andamento do processo de Migração, objeto deste TERMO DE MIGRAÇÃO, observada a legislação vigente;
- IV** - A ENTIDADE manterá a aplicação do Regulamento do PLANO DE ORIGEM aos Participantes e Assistidos que não optarem pela Migração para o PLANO DE DESTINO, bem como aos respectivos beneficiários, observando os direitos adquiridos e acumulados no referido Plano, observada também a legislação vigente aplicável;

V - A ENTIDADE se obriga a encaminhar ao órgão público competente as informações relativas ao processo de Migração;

VI - A ENTIDADE se obriga a encaminhar aos Participantes e Assistidos demonstrativo contendo o valor final da Reserva de Migração atualizada, que será alocado no PLANO DE DESTINO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - As PATROCINADORAS e, quando for o caso, os Participantes e Assistidos, continuarão a recolher para o respectivo PLANO DE ORIGEM as contribuições de sua responsabilidade, de acordo com o Regulamento do respectivo PLANO DE ORIGEM e o plano de custeio em vigor.

Parágrafo Único – Após a Data Efetiva da Migração, no prazo estabelecido pela legislação, serão realizadas avaliações atuariais por fato relevante tanto em relação ao PLANO DE ORIGEM como em relação ao PLANO DE DESTINO, a fim de refletir seus resultados atuariais e planos de custeio decorrentes de suas situações após a Migração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Todas as despesas necessárias à consecução do objeto deste TERMO DE MIGRAÇÃO, prévias à Data Efetiva da Migração, deverão ser suportadas pelos recursos do fundo administrativo do PLANO DE ORIGEM.

Parágrafo Único – Após a Data Efetiva da Migração, cada plano de benefícios (PLANO DE ORIGEM E PLANO DE DESTINO) arcará com suas despesas administrativas.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A ENTIDADE e as PATROCINADORAS, como forma de dar cumprimento ao Termo de Autocomposição, que figura como Anexo a este TERMO DE MIGRAÇÃO, aceitam a migração voluntária de Participantes e Assistidos do PLANO DE ORIGEM para o PLANO DE DESTINO, nas condições previstas neste TERMO DE MIGRAÇÃO e nos demais documentos que compõem o processo de Migração, cabendo:

I – à ENTIDADE diligenciar para a concretização da Migração nos moldes ajustados entre as PARTES no Termo de Autocomposição, e celebrar com as PATROCINADORAS, na condição de devedora, o contrato de confissão de dívida nele previsto, que ensejará a realização de avaliação atuarial do PBB e consequente aprovação de Plano de Equacionamento de Déficit – PED específico, devendo informar os Participantes e Assistidos sobre as respectivas implicações (tanto para os que optem pela Migração para o PLANO DE DESTINO como para os que decidam permanecer no PLANO DE ORIGEM), visando propiciar uma decisão informada e consciente de cada um deles; e

II – às PATROCINADORAS celebrar com a ENTIDADE, na condição de credoras, o contrato de confissão de dívida previsto no Termo de Autocomposição, cujo valor será impactado pelo incentivo de migração nele previsto, além de cumprir as demais

obrigações previstas no Termo de Autocomposição e neste TERMO DE MIGRAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Cada uma das PARTES firma o presente TERMO DE MIGRAÇÃO declarando estar ciente de todos os termos e condições nele previstos, comprometendo-se a cumprir todas as obrigações que lhes são atribuídas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – O fato de qualquer das PARTES deixar de exigir o cumprimento das obrigações ora pactuadas ou deixar de exercer qualquer opção, faculdade ou direito, conforme este TERMO DE MIGRAÇÃO, não significará renúncia, perdão, novação ou alteração do pactuado, salvo se expressamente disposto de forma diversa neste TERMO DE MIGRAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Exceto quando expressamente disposto em sentido contrário, todas as obrigações estabelecidas neste TERMO DE MIGRAÇÃO são assumidas pelas PARTES em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a ambas e seus sucessores a qualquer título.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Toda e qualquer alteração ou modificação ao presente TERMO DE MIGRAÇÃO somente poderá ser feita, e somente será eficaz, se previamente acordada entre as PARTES e formalizada por meio de termo aditivo, aprovado pelo órgão governamental competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Exceto quando expressamente disposto em contrário, todos os termos e condições estabelecidos no presente TERMO DE MIGRAÇÃO permanecerão em pleno vigor após a conclusão do processo de Migração, sem que tal fato interfira na manutenção e operacionalização dos PLANOS DE ORIGEM e DE DESTINO, a partir da Data Efetiva da Migração, os quais permanecerão em funcionamento de forma totalmente segregada entre si, regidos por seus respectivos Regulamentos e Notas Técnicas Atuariais.

IX – DA APROVAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO COMPETENTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Após a Data de Autorização, a ENTIDADE e as PATROCINADORAS ficam expressamente autorizados a adotar todas as medidas que se tornarem indispensáveis à implementação do disposto no presente TERMO DE MIGRAÇÃO, devendo, no âmbito de suas respectivas atribuições e dentro da legislação vigente, efetuar as deliberações, comunicações e registros que forem necessários a tal finalidade.

X – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - O presente Termo entrará em vigor na data de assinatura pelas PARTES e terá eficácia a partir da Data de Autorização.

XI – DO FORO


CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro da Comarca da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir eventuais dúvidas oriundas do presente TERMO DE MIGRAÇÃO.


As PARTES declaram ciência e expressam concordância que o presente TERMO DE MIGRAÇÃO poderá ser assinado por meio digital, eletrônico ou manuscrito, ou ainda de maneira mista, podendo, neste último caso, ser utilizada duas formas de assinaturas diferentes a critério das PARTES, sendo que as declarações constantes deste instrumento, assinado por quaisquer dos meios acima elegidos, inclusive a forma mista, presumir-se-ão verdadeiros em relação às Partes contratantes, nos termos dispostos nos artigos 219 e 225 da Lei n. 10.406/02 (Código Civil), bem como ao expreso na MP 2.200-2, no que for aplicável.

Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 2026.

ENTIDADE:

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES – FAPES

Documento assinado digitalmente
 **JASON NOGUEIRA JERONIMO SILVA**
Data: 02/01/2026 18:51:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Documento assinado digitalmente
 **MARCELO DE FIGUEIREDO ALVES**
Data: 02/01/2026 19:09:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


PATROCINADORAS:

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

BNDES PARTICIPAÇÕES S. A. – BNDESPAR

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL – FINAME

Documento assinado digitalmente
 **HELENA TENORIO VEIGA DE ALMEIDA**
Data: 05/01/2026 14:23:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 **WALTER BAERE DE ARAUJO FILHO**
Data: 05/01/2026 18:27:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TERMO DE AUTOCOMPOSIÇÃO PARA
DEVOLUÇÃO AO BNDES, BNDESPAR E
FINAME DE VALORES APORTADOS NO
PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS
ADMINISTRADO PELA FAPES.

A **FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES (“FAPES”)**, entidade fechada de previdência complementar, com sede na Avenida República do Chile, nº. 230, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.397.695/0001-97, doravante denominada apenas “**FAPES**”, neste ato representada na forma de seu Estatuto, por seus Diretores **CARLOS FREDERICO RANGEL DE CARVALHO SILVA**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 07.268.955-7, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 004.260.177-06, **MARCELO DE FIGUEIREDO ALVES**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 08.896.389-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 002.789.297-29 e **LEONARDO MANDELBLATT DE LIMA FIGUEIREDO**; brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 10.653.360-7 - DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 070.969.007-05,

O **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”)**, empresa pública federal, regida pela Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, com a denominação dada pelo Decreto-Lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, e regulamentada por seu Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20/02/2017 e publicado no Diário Oficial da União em 21/03/2017, e alterações posteriores, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 9, Torre C, 12º andar, e escritório de serviços na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, a **BNDES PARTICIPAÇÕES S/A (“BNDESPAR”)**, sociedade por ações constituída como subsidiária integral do BNDES, regulamentada por seu Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29/06/2018 e publicado no Diário Oficial da União em 11/07/2018, e alterações posteriores, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na cidade do Rio de Janeiro, nos endereços antes mencionados, inscrita no CNPJ sob o nº 00.383.281/0001-09; e a **AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL S.A. (“FINAME”)**, empresa pública federal, regida pela Lei nº 5.662, de 21/06/1971, e regulamentada por seu Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29/06/2018 e publicado no Diário Oficial da União em 18/07/2018, e alterações posteriores, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na

cidade do Rio de Janeiro, nos endereços antes mencionados, inscrita no CNPJ sob o nº 33.660.564/0001-00, representado na forma de seus atos constitutivos pelos seus Diretores Executivos **WALTER BAÈRE DE ARAÚJO FILHO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 55.138, expedida pela OAB/DF, inscrito no CPF sob o nº 055.860.817-50 e **HELENA TENÓRIO VEIGA DE ALMEIDA**, brasileira, casada, economista, portadora da cédula de identidade nº 07.495.692-1, expedida pelo SECC/RJ em 05/12/2018, inscrita no CPF sob o nº 033.331.617-70, doravante conjuntamente denominadas “**EMPRESAS**” e em conjunto com a FAPES simplesmente denominadas “**PARTES**”;

nos limites das respectivas competências constitucionais, legais e regulamentares, e com a interveniência do

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, órgão de controle externo da União Federal, inscrito no CNPJ nº 00.414.607/0001-18, com sede no Setor de Administração Federal Sul, SAFS – Quadra 4, Lote 1, Brasília – DF, CEP 70.042-900 (“**TCU**”), neste ato representado pelo seu Presidente, o Exmo. Ministro Bruno Dantas Nascimento;

considerando o processo nº 033.134/2023-5, em trâmite perante o **TCU**, o qual trata do procedimento de solução consensual, coordenado pela Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (“**SecexConsenso**”) do **TCU**, que tem por objeto os aportes realizados pelas **EMPRESAS** no Plano Básico de Benefícios (“**PBB**”), administrado pela **FAPES**, por meio de Contratos de Confissão de Dívida formalizados em 2002 e 2004 (“**CCDs 2002/2004**”) e por pagamentos à vista em 2002, 2009 e 2010 (em conjunto, “**VALORES APORTADOS**”), considerados pelo **TCU** como contrários à regra instituída no art. 202, §3º, da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 20/1998, conforme disposto no Acórdão TC nº 2766/2015-TCU-Plenário, de 28.10.2015 e Acórdão TC nº 1703/2023-TCU-Plenário, de 16.08.2023.

convencionam celebrar o presente Termo de Autocomposição (“**TERMO**”) para devolução às **EMPRESAS** de **VALORES APORTADOS**, nos termos do Decreto-Lei nº 4.657/1942, do Decreto nº 9.830/2019 e da Instrução Normativa nº 91/2022 do **TCU**, observando as disposições a seguir.

1 – OBJETO

1.1. Os Signatários acima identificados (“**SIGNATÁRIOS**”) resolvem celebrar este **TERMO** para pactuar os termos e as condições para a devolução às **EMPRESAS** de **VALORES APORTADOS** no **PBB**, nos termos dos CCDs 2002/2004 e de pagamentos realizados à vista em 2002, 2009 e 2010, mediante contrato de confissão de dívida, na forma e pelo valor estabelecido no Capítulo 2, como também para o consequente encerramento de todas as ações judiciais e extrajudiciais elencadas no Capítulo 4, com a expressa renúncia a qualquer direito, ação ou pretensão relacionados, direta ou indiretamente, a tais instrumentos contratuais ou aos eventos acima descritos.

1.2. As condições ora pactuadas neste **TERMO**, que constituem o acordo integral das partes a respeito do objeto indicado no item 1.1. acima, somente passarão a ter valor legal e a produzir efeitos após a sua respectiva homologação pelo TCU, assinatura de todos os **SIGNATÁRIOS** e após anuência da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (“**PREVIC**”), enquanto órgão Supervisor e Fiscalizador, em razão da existência de matérias atinentes à previdência complementar contidas no presente acordo.

1.3. Os procedimentos previstos no presente **TERMO** observarão, quando da sua implementação e naquilo que for pertinente, as devidas alçadas competentes.

2 – CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA DA FAPES ÀS EMPRESAS

2.1. Os **SIGNATÁRIOS**, em comum acordo, pactuam os seguintes termos e condições para a formalização do contrato de confissão de dívida (“**CCD**”) tendo como credoras as **EMPRESAS** e como devedora a **FAPES**, na qualidade de administradora do **PBB**, a ser celebrado como decorrência dos efeitos deste **TERMO**, após encerramento do processo de migração incentivada, descrito no Capítulo 3, caracterizando-se como fato relevante, nos termos do § 2º, do art. 47, da Resolução PREVIC nº. 23/2023 ou outra legislação que a substitua, e que ensejará a realização de avaliação atuarial do **PBB** e consequente aprovação de Plano de Equacionamento de Déficit (“**PED**”) abrangendo, exclusivamente, os efeitos deste **TERMO**:

2.1.1. O valor do contrato referente à devolução de que trata o objeto do presente Termo será de R\$ 1.550.000.000,00 (um bilhão e quinhentos e cinquenta milhões de reais), corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE (“**IPCA**”), a contar da data do Acórdão que homologar o Relatório de Solução Consensual e a minuta deste **TERMO**.

2.1.2. O valor estabelecido pela cláusula 2.1.1 será abatido do valor associado aos efeitos decorrentes do processo de migração incentivada, conforme descrito no Capítulo 3.

2.1.3. O valor estabelecido pela cláusula 2.1.1 e ajustado de acordo com a cláusula 2.1.2 será pago, após respectiva formalização do **CCD**, em 360 (trezentas e sessenta) prestações mensais e sucessivas, segundo a tabela SAC (sistema de amortização constante) e a partir do início da cobrança das contribuições decorrentes do **PED** de que trata o item 2.1.

2.1.4. O futuro contrato de confissão de dívida estabelecerá cláusula de liquidação antecipada parcial ou total do saldo devedor remanescente em caso de implementação de novo **PED** no **PBB** a partir de 10 (dez) anos contados da data de formalização do **CCD**, cujo valor da liquidação antecipada corresponderá à parcela de responsabilidade das **EMPRESAS** no referido **PED** que vier a ser adotado, limitado ao valor remanescente do contrato.

2.1.5. O **CCD** deverá ser aprovado nas instâncias dos **SIGNATÁRIOS** no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a partir da finalização do processo de migração incentivada descrita na Cláusula 3 e o **PED** correlato deverá ser formalizado entre as partes no prazo de até 60 (sessenta) dias da aprovação pela última instância externa necessária dos reguladores.

2.1.6. Durante o período de acompanhamento do acordo ora consubstanciado no presente **TERMO**, as **EMPRESAS**, com suporte da **FAPES** no que for necessário, se comprometem a encaminhar ao **TCU**, em periodicidade semestral, informações atualizadas sobre o status do processo como um todo.

3 – PROCESSO DE MIGRAÇÃO INCENTIVADA

3.1. As **PARTES** se comprometem a conduzir um processo de migração incentivada e voluntária dos atuais participantes e beneficiários assistidos do **PBB** para um Plano de Previdência Complementar com Contribuição Definida a ser constituído e patrocinado pelas **EMPRESAS**, nos seguintes termos:

3.1.1. Como incentivo à migração, o participante/beneficiário assistido que optar pelo referido processo não arcará com os efeitos pecuniários deste TERMO, pois a definição do valor do CCD de que trata a Cláusula 2 ocorrerá após o encerramento do processo de migração. Assim, a sua respectiva participação na obrigação de pagamento da devolução de que trata a cláusula 2.1.1, apurada individualmente para todos os participantes e beneficiários assistidos do PBB anteriormente à migração, deverá integrar o valor da sua reserva matemática individual calculada para fins de migração. O valor correspondente ao somatório do incentivo concedido a todos os participantes e beneficiários assistidos que migrarem para o Plano de Previdência Complementar com Contribuição Definida será abatido do valor estipulado nos termos da cláusula 2.1.2, cujo valor remanescente corresponderá ao valor final do CCD de que trata o Capítulo 2.

3.1.2. A reserva matemática individual de migração será calculada considerando as regras e as hipóteses atuariais vigentes à época, o direito acumulado e o tratamento do resultado e dos fundos, de modo a garantir proteção aos participantes e assistidos envolvidos, conforme legislação aplicável, ressalvado o disposto no item 3.1.1.

3.1.3. Como incentivo adicional à migração, o Plano de Previdência Complementar com Contribuição Definida terá contribuição das **EMPRESAS** em paridade à contribuição do participante, cujo limite será equivalente à média ponderada das contribuições paritárias dos participantes ativos do **PBB** (mensais, extraordinárias e joias) em 24/05/2024. Este valor de contribuição deverá contemplar o financiamento de todos os benefícios, inclusive os não programados.

3.1.4. O plano de migração deverá ser finalizado em até 2 (dois) anos do Acórdão que homologar o Relatório de Solução Consensual e a minuta deste **TERMO** e contará com ampla divulgação das **EMPRESAS** e da **FAPES**.

4 – EXTINÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS, EXTRAJUDICIAIS E DE CONTROLE EXTERNO

4.1. As **PARTES** se obrigam, por meio de petição conjunta, a juntar cópia deste **TERMO**, devidamente homologado pelo Plenário do **TCU**, às respectivas instâncias judiciais e administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua assinatura, requerendo a extinção dos feitos por transação de todos os processos nos quais contendem sobre o objeto do presente **TERMO**, em especial os abaixo elencados no item 4.2.

4.2. Considerando que o acórdão a ser proferido homologando o acordo celebrado pelas **EMPRESAS**, pela **FAPES** e pelo **TCU**, consubstanciado no presente **TERMO**, constitui-se em título executivo extrajudicial, as **PARTES** deverão apresentá-lo aos competentes juízos para homologação¹, com a consequente extinção de todas as ações judiciais e dos processos administrativos em trâmite nesta data, em especial nos abaixo referidos, arcando cada parte com as custas até aqui suportadas e com os honorários dos seus respectivos advogados, sem incidência de ônus sucumbenciais:

4.2.1. Tribunal de Contas da União: Processo TC nº 029.845/2016-5 e TC nº 011.488/2020-4;

4.2.2. Justiça Federal do Rio de Janeiro e Tribunal Regional Federal da Segunda Região: Processos nº 0097562-78.2016.4.02.5101, nº 5028499-70.2019.4.02.5101, nº 5096101-44.2020.4.02.5101, nº 5096085-90.2020.4.02.5101 e nº 5007215-35.2021.4.02.5101, bem como respectivos apensos e incidentes; e

4.2.3. Justiça Estadual do Rio de Janeiro: Processo nº 0306553-84.2020.8.19.0001, bem como respectivos apensos e incidentes;

4.2.4. Supremo Tribunal Federal: Mandado de Segurança nº 35.038.

5 – DA PUBLICIDADE E DURAÇÃO

5.1. Este **TERMO** envolve a Administração Pública e, em observância ao art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, deve atender ao princípio da publicidade.

5.2. Este **TERMO** é irrevogável e irretratável.

6 – DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Os agentes públicos envolvidos no processo negocial deste **TERMO**, tanto na Comissão de Solução Consensual, como na estrutura decisória de governança dos **SIGNATÁRIOS**, não estarão sujeitos à responsabilização em processos de controle externo perante o **TCU** pelas decisões tomadas nos procedimentos negociais, salvo em casos de fraude ou dolo.

¹ Com exceção do item 4.2.4, processo arquivado em razão de trânsito em julgado, em que as **PARTES** darão ciência do **TERMO**.

6.2. A celebração do **TERMO** não implica no reconhecimento, pelas **PARTES**, das pretensões e pedidos formulados nas ações indicadas nos itens 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3 e 4.2.4.

6.3. As **PARTES** deverão auxiliar-se e cooperar mútua e totalmente com os esforços da outra na defesa do **TERMO** em caso de impugnações judiciais e/ou administrativas por terceiros.

6.4. O **TERMO** será firmado em Brasília-DF, cujo foro é estipulado como o único competente para dirimir eventuais controvérsias relacionadas ao seu cumprimento.

E, por estarem justas e acordadas, todos assinam o presente **TERMO** em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Brasília – DF, 25 de setembro de 2024.

HELENA TENORIO
VEIGA DE
ALMEIDA:03333161
770

Assinado de forma digital por
HELENA TENORIO VEIGA DE
ALMEIDA:03333161770
Dados: 2024.10.07 19:08:35
-03'00'

gov.br Documento assinado digitalmente
WALTER BAERE DE ARAUJO FILHO
Data: 08/10/2024 15:09:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

BNDES

BNDESPAR

FINAME

BRUNO DANTAS
NASCIMENTO:8984
0500597

Assinado de forma digital por
BRUNO DANTAS
NASCIMENTO:89840500597
Dados: 2024.10.09 16:36:03 -03'00'

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

gov.br Documento assinado digitalmente
MARCELO DE FIGUEIREDO ALVES
Data: 08/10/2024 18:05:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

gov.br Documento assinado digitalmente
CARLOS FREDERICO RANGEL DE CARVALHO SIL
Data: 08/10/2024 16:40:12-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FAPES

Testemunha:

gov.br Documento assinado digitalmente
MELISSA MONTE STEPHAN
Data: 07/10/2024 12:55:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Nome:

CPF:

Testem

gov.br Documento assinado digitalmente
SILVIO CARACAS DE MOURA NETO
Data: 07/10/2024 13:25:12-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Nome:

gov.br Documento assinado digitalmente
LEONARDO MANDELBLATT DE LIMA FIGUEIREDI
Data: 08/10/2024 18:25:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

gov.br Documento assinado digitalmente
RICARDO PENA PINHEIRO
Data: 13/12/2024 12:24:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br